

# Empresários queriam mais cortes. Mas apoiam o governo.

A maioria das medidas contidas no pacote econômico do governo foram bem aceitas pelos empresários. De modo geral, eles dão um crédito de confiança ao governo, embora critiquem a "insuficiência" dos cortes e a "falta de coragem" para enfrentar a questão dos gastos com pessoal nas estatais.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, disse acreditar na queda da inflação, mas acha que a indústria deverá ser afetada pela redução do prazo para recolhimento do IPI. Segundo ele, isso contribuirá para diminuir o capital de giro das empresas. A Fiesp vai preparar um documento defendendo um prazo maior para a efetivação da medida.

Para Vidigal, o pacote é mais moral que recessivo, embora deva contribuir para reduzir o nível de crescimento da indústria, previsto para 5% neste ano. Reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelo governo para efetuar os cortes, principalmente no que se refere às estatais, o presidente da Fiesp analisou que parte das medidas anunciadas são financeiras, representando ganhos de capital para o governo, como a antecipação do prazo de recolhimento das contribuições para a Previdência Social, que significará Cr\$ 4 trilhões, e a retirada de parte do subsídio ao açúcar e ao álcool, de Cr\$ 1,3 trilhão.

## Mais cortes

Vidigal alertou, no entanto, que essas antecipações podem criar novos problemas no próximo ano, obrigando a outros cortes sempre mais difíceis. No entanto, o presidente da Fiesp disse esperar que o governo consiga entrar em 86 com metade do déficit deste ano, consolidando medidas para sua redução já na elaboração do orçamento.

As medidas de contenção para as estatais foram mais tímidas que as esperadas, mas Vidigal preferiu classificar o pacote de realista frente às dificuldades políticas para efetuar maiores reduções — ele lembrou que o ex-presidente Figueiredo reconheceu ter sido impotente para enfrentar as estatais.

O presidente da Fiesp criticou a "falta de coragem política" do governo como um todo, para efetuar cortes drásticos em pessoal, analisando que a máquina governamental tem o dobro dos funcionários de que precisa, na grande maioria mal remunerados. Vidigal lembrou um ditado que diz: "É preferível um corrupto, que fica apenas quatro anos no governo, que um empreguista".

**Confiança** — Já a Confederação das Associações Comerciais do Brasil apóia integralmente as medidas anunciadas pelo governo, reduzindo os gastos públicos, principalmente nas empresas estatais. O novo presidente da entidade, empresário Amaury Temporal, enviou telex ao presidente José Sarney e aos ministros do Planejamento e da Fazenda, elogiando as medidas.

A Confederação considera os cortes nas despesas públicas um importante e decisivo passo, fazendo votos de continuidade a uma corajosa política de combate à inflação.

E ressalta, ainda, a forma democrática e firme com que foi adotada a decisão há muito almejada pelo empresariado, manifestando também a confiança de que as ações prioritárias do Estado, como agente primeiro do desenvolvimento social, não sejam afetadas.

Em outra mensagem, enviada ao ministro da Indústria e do Comércio Roberto Gusmão, a Confederação o felicita pelo conteúdo de sua palestra de anteontem na Escola Superior de Guerra. Salienta

também o presidente da Confederação que "a formulação de um novo modelo industrial não poderá dispensar o conhecimento e a experiência dos agentes econômicos".

A Confederação — que reúne cerca de 1.500 entidades empresariais e mais de 1 milhão de empresários de todos os setores da economia, por adesão espontânea — dispõe de pesquisa de âmbito nacional, na qual foram levantadas as principais preocupações e reivindicações do empresariado.

**Comércio** — Mas o presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman, não gostou do pacote econômico, não só por achá-lo insuficiente mas também porque deixou de lado uma questão fundamental. "Os cortes não foram bem definidos e não levaram em conta necessidade de redução das taxas de juros. Não foram também atingidas as despesas de custeio das estatais, e dessa forma o problema não será resolvido porque, mesmo não investindo, as estatais continuam operando deficitariamente."

Mas o líder dos comerciantes paulistas tem mais críticas a fazer às autoridades federais. Ele acha, por exemplo, que os cortes nos investimentos não deveriam provocar recessão: "Mantendo-se o controle de preços, agora com os cortes nos investimentos, o déficit pode até crescer, e talvez já no segundo semestre seja necessário emitir mais moeda, ampliando o problema inflacionário. Além disso, o governo será levado a avançar mais profundamente no mercado financeiro, forçando ainda mais as taxas de juros".

Além desse risco para as empresas, Abram Szajman vê mais um: a redução do capital de giro em função da antecipação de recolhimento das taxas previdenciárias e do Imposto de Renda.

**Lobby** — "O poder político das estatais, resultante de seu poder econômico, está ainda sobrepujando o poder político do presidente da República", disse ontem, em Porto Alegre, o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, a propósito da redução de Cr\$ 39 trilhões no déficit público. Valente afirmou que se a necessidade de corte era de praticamente Cr\$ 70 trilhões, este deveria ser o valor cortado. "Mais uma vez o lobby das estatais dobrou a vontade do governo".

O empresário acredita que a opção pelo suprimento do déficit através de emissão de moeda e de colocação de títulos públicos no mercado financeiro servirá exclusivamente para manter altos os juros do mercado e a inflação, prejudicando o esperado crescimento da economia. "Nós não tínhamos de optar entre recessão ou não recessão. Teremos dificuldades de qualquer maneira. E as estatais estão há muito tempo escondendo o jogo e fazendo com que todo o País arque com a sua ineficiência."

Outro empresário, Paulo Francini, da Fiesp, elogiou as palavras do ministro João Sayad, de que o desperdício no setor público não pode ser justificado pela geração de empregos. "Existem estatais", disse ele, "que se desaparecessem o País nem sentiria falta".

Francini acha que o governo deve ter em mente duas palavras: prioridade e eficiência, sendo que para ele o mais importante é a eficiência. "Quanto àquela coisa chamada custeio — gastos com pessoal —, que a gente faça um grande coro nacional clamando eficiência. Não vamos e não podemos defender a ineficiência sob o rótulo da campanha de emprego ou do interesse político".